

Para Haddad, há 90% de chances de o ajuste fiscal ser aprovado

O governo está convencido de que um pacto informal foi firmado na última sexta-feira na reunião histórica entre o presidente Itamar Franco, dezenove presidentes de partidos e todo o ministério, para apresentação do programa de governo e pedir apoio para as medidas de emergência, principalmente para a aprovação do ajuste fiscal, informou a agência Globo. O ministro do Planejamento e da Fazenda, Paulo Haddad, declarou ao sair do encontro que está convencido de que há 90% de possibilidades de aprovar o ajuste fiscal proposto pelo governo.

A reunião, que levou ao Palácio da Alvorada todos os partidos com representantes no Congresso, começou às 14h15m com um discurso em que o presidente Itamar Franco repudiou qualquer tentativa de barganha entre o Legislativo e o Executivo:

"Nenhum de nós se encontra aqui para pedir o que quer que seja um ao outro, para estabelecer barganhas e intercâmbio de favores ou cargos, o que seria até indelicado e impariártico", discursou o presidente, pedindo "um diálogo de amplitude inédita" (ver ao lado).

Falando logo a seguir, na biblioteca do Palácio da Alvorada, Paulo Haddad adotou um tom francamente otimista. Ele anunciou que pretende fazer a economia crescer 8% até o fim de 1994, bem mais que os 5% prometidos no fim do ano passado, na primeira entrevista para divulgar os planos de curto e médio prazo do governo. Afirmou que dezembro foi o mês de reativação da economia, "o melhor dezembro dos últimos cinco anos". Além de prometer ações do governo

ainda em janeiro para reduzir a "pobreza andarilha" e a miséria de 43 milhões de brasileiros, Haddad garantiu que o País chegará ao fim de 1994 com juros abaixo de 12% ao ano. (Ver nesta página)

Haddad anunciou para os presidentes dos partidos políticos que o governo selecionou seis programas para garantir o crescimento. Citou cinco: acordos com parcelas do setor privado como a indústria automobilística e a agroindústria, apoio às exportações para ampliar as vendas externas do País de US\$ 36 bilhões para US\$ 50 bilhões, investimento de US\$ 2,5 bilhões na recuperação de estradas, retomada da construção civil e retomada de negociações para mais empréstimos internacionais.

Durante a reunião e nas declarações dos políticos (ver matéria ao lado), à saída, Itamar Franco colheu manifestações genéricas de apoio. Os ministros contabilizaram apenas três

participantes da reunião declaradamente contrários ao ajuste fiscal. O presidente do Partido Liberal, Álvaro Valle, se disse favorável à proposta de seu partido, do Imposto Único,

e o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que defendeu a proposta do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que prevê o fim do Imposto de Renda.

Benevides e Ibsen devem decidir sobre pauta

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Os presidentes da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), decidem nesta segunda-feira se autoconvocam o Legislativo, paralelamente à convocação extraordinária proposta pelo Executivo, para que possam incluir na pauta de trabalhos dos parlamentares matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A possibilidade de haver uma autoconvocação do Legislativo foi levantada

na semana passada pelo senador Benevides, diante da negativa do Executivo de incluir na pauta de convocação extraordinária montada pelo governo — projetos de competência exclusiva do Congresso, entre eles o que reajusta os salários dos servidores da Câmara e do Senado em 100%. O ministro-chefe da Casa Civil, Henrques Hargreaves, acredita que não haverá a necessidade dessa autoconvocação e lembra que esse ajuste na pauta da convocação poderia ser resolvido com um simples aditamento proposto pelos presidentes das duas Casas.